



# Por cá todos bem... Graças a Belém

Os portugueses que pensavam regressar de férias neste fim de mês, com a crise finalmente arrumada na prateleira das más memórias, podem tirar daí a ideia: o Verão continua quente e trevoento. Se não na rua, pelo menos nos bastidores do poder e dos partidos, onde a indefinição e a guerrilha ideológica se agravam assustadoramente a cada novo dado político.

Com efeito, quando tudo fazia prever que o tão contestado Governo Pintasilgo se aprestava para as «serias mudanças» dos rumos do nosso viver, (depois do aval às suas intenções programáticas por parte da «maioria de esquerda»), e quando faltava apenas que o Presidente da República convocasse a data das eleições, depois de o Parlamento (ainda por dissolver) ter aprovado as urgências legislativas pedidas pelo executivo, um novo facto político veio gerar o impasse: tratou-se do «memorandum» do MAI.

As dúvidas nele contidas sobre as vantagens e desvantagens da realização em simultâneo das eleições gerais e autárquicas — o que parece inevitável perante os sucessivos atrasos do processo empreendido por Belém — chamaram de novo as atenções para o quebra-cabeças institucional em que mergulhou o regime vindo, por outro lado, dar força às críticas e apreensões da Aliança Democrática ao ver postergada para o «Dia de São Nunca» a dissolução da Assembleia da República.

É que embora não havendo impossibilidade técnica para a realização simultânea das duas consultas, observa-se (só) agora que isso levanta problemas políticos, ao mesmo tempo que faz com que duas campanhas eleitorais se atropelam, o que se para alguns partidos com máquina permanentemente operacional não é motivo de aflição (caso do PC), criará um inevitável confusão de siglas e programas que não serve a clareza de uma opção consciente. A menos que o Parlamento — o único órgão de soberania que tem competência para tal — reveja a lei eleitoral autárquica. E lá teremos de novo uma nova sessão suplementar de trabalhos, dilatando-se «sine die» o fim de um ciclo, para o qual começa a ser difícil encontrar explicação...

Ontem, sem surpresas, a «maioria de esquerda — ASDI» deu de novo os votos para votar os 17 diplomas do Governo, que haviam obtido a concessão de «urgência» requerida pelo executivo em sessão anterior. Nela o País ficou a saber, pela voz do Ministro das Finanças, Sousa Franco, que «não há urgências nem apertos financeiros grandes a ocorrer» — informação tão tranquilizante, que por certo transforma as previsões negras do relatório da OCDE sobre a evolução da economia portuguesa, ontem publicadas na imprensa, num fantasma a não dar crédito. Por cá, tudo bem... Mas não obstante estarmos à entrada do melhor dos

mandos, num país onde já quase nem há greves (como certa imprensa disse em manchete esta semana), o Governo prossegue a sua «marcha», agora de campo aberto para realizar reformas de fundo que as autorizações legislativas lhe concedem. Submetendo-se aos «flashes» dos fotógrafos nos jardins da sua residência oficial e à curiosidade política da imprensa internacional, Lurdes Pintasilgo dá retoques na imagem que a opinião pública dela tem vindo a colher. Ao jornal «Die Welt», a primeiro-ministro disse que o seu Governo «tem um dever pedagógico para com o aparelho de Estado» — ambição desmedida para quem pretende em cem dias (assim o cremos!) acabar com vícios já seculares de uma administração anquilosada. Ao «Témoignage Chrétien», garantiu que não se reconhece «em qualquer das formações políticas que actualmente representam a esquerda em Portugal», não deixando, no entanto, de considerar que existem «pontos de encontro» entre o seu projecto de sociedade e o dos partidos de esquerda. «Projecto que não será altura de pôr em prática» — acrescentaria, tranquilizando todos aqueles que (teimam?) em duvidar da «isenção» e «imparcialidade» do seu Governo de gestão perante todas as forças políticas.

Quanto à actuação do V Governo, uma resolução tomada em Conselho de Ministros autorizou o Gabinete de Sines a obter financiamentos

tos junto da banca até ao montante de 3,1 milhões de contos, bem como a contrair empréstimos externos até 1,5 milhões. Por outro lado, o Governo abordou também «o grave problema do ajustamento dos preços de alguns bens, analisando as consequências de não terem sido tomadas em devido tempo as medidas que a evolução da economia e a satisfação dos direitos sociais impunham». Quanto a medidas concretas nos sectores considerados mais quentes, quase nada transpareceu do plenário governamental. No que respeita à comunicação social sabe-se apenas que foi «ponderada a difícil situação da tesouraria da RDP». Todavia, conhecidas que são as posições concordantes do Governo com os sindicatos do sector próximos da «maioria de esquerda», no que respeita à alegada falta de «isenção» da imprensa estatizada, é de prever que os próximos dias mostrem como irá ser arrumado o Palácio Foz. A satisfação da CGTP/Inter perante a capacidade de diálogo do titular da pasta do Trabalho é também sintoma de que o «pacote laboral» de Mota Pinto irá para o cesto dos papéis em favor das chamadas «grandes conquistas de Abril». Quanto à Reforma Agrária, apesar das declarações de responsáveis do MAP, os primeiros actos administrativos do Governo deixam dúvidas quanto ao cumprimento das anunciadas promessas. Os próximos dias vão ser decisivos. Esperemos para ver...

## o dez de junho

Director: João Salvado; Chefe de Redacção: José Estevão Santos Jorge; Chefe-Adjunto: António Mendes; Sub-chefes: Andrade Guerra, Paulo Figueira e Alves da Silva (secretário); Redactores: António Proença, Fernando Garcia, Fernando Passaláqua, Heitor Pato, Nuno Rebocho e Orlando Jalles; Repórteres: José Pedro Barreto, Luís Filipe Sarmiento, Rui Rama da Silva e José Alberto de Sousa; Estagiário: Jaime Almeida Ribeiro; Secretária da Redacção: Lúcio Martins, Manuel Cunha e António Camilo; Orientação Gráfica: José Ralha e António Paredes; Supervisão de Produção: José Carlos Galiano Pinheiro; Publicidade: Maria José; Colaboradores permanentes: Maria Sallote Salvado (Grande Lisboa), Manuel Ferreira da Silva (Religião), Maria Teresa Costa Macedo (Família), Barros Parais (Poder Local), Herlander Machado (Cultura).

Propriedade da CENED — Centro Editorial, S.A.R.L.  
Administração, Redacção e Publicidade: Alameda Afonso Henriques, 78-2.º Dt.  
Tel. 88 78 44 — 1000 LISBOA

Composição e montagem: CEIG  
Sociedade Cooperativa de Edições e Impressão Gráfica, S.C.A.R.L.  
Rua Sacadura Cabral, 26 — DAFUNDO — Tel. 21 125 19 e 21 151 86

Impressão: Empresa do «Jornal do Comércio», S.A.R.L.  
Rua Dr. Luís de Almeida Albuquerque, 5, 1200 — LISBOA  
Tel. 36 90 93

Distribuição: VASP — Sociedade de Transportes e Distribuição, Lda.  
Rua Marechal Saldanha, 4, 3.º — Lisboa-2 — Tel. 36 76 06

Tiragem média do mês de Julho: 47 830